

MOÇÃO

“Pela Paz - Contra a Guerra e a Ingerência”

A Paz é uma condição essencial para a implementação de políticas conducentes ao desenvolvimento económico e social e para um racional aproveitamento dos recursos existentes à escala planetária, sendo, por isso, essencial para o bem-estar e progresso da Humanidade.

Afirmar-se que a paz não pode ser entendida tão só como a ausência da guerra, pode ser considerada uma verdade adquirida e inquestionável, já que assistimos a um frequente recurso, nas relações internacionais, a outras formas de agressão, tais como a aplicação de sanções económicas, políticas ou diplomáticas, ou bloqueios que constituem poderosas armas dos países com políticas imperialistas ou neo-coloniais, como os Estados Unidos da América, a União Europeia ou a NATO que directamente ou servindo-se de potências menores, mas não menos agressivas e beligerantes, como Israel, violam a soberania e os direitos de países como Cuba, Venezuela, Irão, Síria, Líbia, Afeganistão, Palestina, Sara Ocidental, Yemén, entre outros, pondo em grave perigo a estabilidade e a paz no mundo.

Recusando a aplicação mecanismos de controle de conflitos, plasmadas no direito internacional e nos regulamentos de Organizações como a ONU, as potências imperialistas visam frequentemente, assumir poderes não legitimados pela comunidade internacional.

Podemos, pois, afirmar que se a situação internacional encerra perigosos riscos para a Paz, não é menos verdade os países e povos alvos das políticas imperialistas, tem sabido resistir-lhe assegurando, muitas das vezes, os seus direitos como estados soberanos. Nesta luta o papel das organizações de defesa da paz é determinante. Ainda recentemente foi ratificado, por 50 Estados, dos quais não faz parte nenhum país da NATO, o Tratado de Proibição das Armas Nucleares, uma reivindicação, lançada há várias décadas, pelo Movimento Mundial da Paz.

A Inter-Reformados/CGTP-IN, seguindo as orientações definidas no Programa de Acção da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional, no cumprimento do estipulado na Constituição da República Portuguesa, nomeadamente no seu artigo 7º, e da Carta da Organização das Nações Unidas, reafirma o seu empenho na luta pela Paz, solidarizando-se com as organizações portuguesas que desenvolvem a sua actividade nesta frente, nomeadamente o Conselho Português para a Paz e Cooperação.

Lisboa, 16 de Abril de 2021

A 9ª Conferência Nacional da Inter-Reformados/CGTP-IN